

FORUM das seis

STU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adunicamp
Adusp-S.Sind.
Adunesp-S.Sind.

Fórum das Seis Entidades

Reunião de 11-07-2006, Adunesp, 16:00h

Pauta: 1. Continuidade da luta na LDO-2007;
2. Acerto de contas do Fórum das Seis.

Presentes: Adunesp (Milton), Adunicamp (Mauro), Adusp (César e Chico), Sintunesp (João Carlos), Sintusp (Aníbal e Zelito) e STU (Marcílio). O DCE da Unicamp justificou sua ausência.

Relato sucinto da reunião:

1. Observação inicial: no fim desta mensagem há um breve relato sobre a entrega da nossa representação contra o desconto indevido da Habitação, antes do repasse do ICMS para as universidades, junto à Procuradoria Geral do Estado, ocasião na qual, além das Entidades elencadas anteriormente, também esteve presente o Sinteps (Denise e Neusa), que não pode participar da reunião que realizamos em seguida.
2. Conversamos um pouco sobre a necessidade de maior engajamento da representação estudantil, em especial nos momentos cujos temas em discussão lhes afeta diretamente, como foi o caso do debate sobre “recursos para políticas de permanência estudantil” na reunião Fórum-Cruesp de 07-07, quando esteve presente o DCE-Livre da USP (apenas Maíra?) e o DCE da Unicamp (Thiago), que chegou muito tempo depois.
3. Quanto à continuidade da luta (no que se refere a ações futuras), aventou-se a necessidade de discutir se não seria o caso de entrarmos também com representação junto ao Ministério Público, questionando iniciativas de governo como, por exemplo, o Decreto nº 48.034 (de 19/08/2003) e a “primavera fiscal” (setembro/2005) promovida por Alckmin-Lembo e não ficar apenas na denúncia. Por certo, isto precisa ser melhor discutido, mas cabe adiantar que tal proposta não significa que estejamos trabalhando com a idéia de substituir a mobilização política das categorias, que é imprescindível, mas, sim, como forma inclusive de tentar potencializar as intervenções do Fórum das Seis. Também é necessário que discutamos a possibilidade de intervir em outros momentos de elaboração de leis que dizem respeito ao planejamento do Estado, por exemplo na definição do Plano Plurianual (o Executivo tem que enviar sua proposta à Alesp até 15 de fevereiro do segundo ano de mandato, portanto o próximo ocorrerá no início de 2008). Ademais, precisamos igualmente discutir se, para o futuro, não seria interessante, por exemplo, adotar uma postura de não entrar em sala de aula se o número de estudantes ultrapassar um certo limite.
4. Quanto aos HU, afora o que já temos acordado, precisamos nos inteirar das visões de pessoas que entendem mais do assunto, talvez por meio da realização de reuniões ou seminários onde possamos aprofundar a discussão sobre este importante tema. Inclusive alguns nomes de pessoas foram sugeridos, mas como o tema voltará a ser discutido, achamos que não era o caso de mencioná-los aqui.

FORUM das seis

STU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adunicamp
Adusp-S.Sind.
Adunesp-S.Sind.

5. Quanto ao acerto de contas do Fórum das Seis, decidiu-se pautar o assunto novamente na próxima reunião, mas várias pessoas deixaram claro que a proposta feita pela Diretoria do STU de que as despesas com a greve do início de 2006 fossem rateadas pelo Fórum das Seis não era vista como razoável pelas Entidades presentes à reunião.

Próxima reunião: 03-08-2006, 5^a. feira, na Adusp, em horário a definir.

Pauta: 1. Continuidade da luta na LDO-2007; 2. Temas para discutir na Comissão Fórum-Cruesp sobre tratamento isonômico nas três universidades; 3. Hospitais Universitários; 4. Acerto de contas do Fórum das Seis.

São Paulo/SP, 13 de julho de 2006

p/ Coordenação do Fórum das Seis Entidades
César Augusto Minto – Adusp S. Sind.

Fórum das Seis entrega representação ao Procurador Geral do Estado

No dia 11/7, 3^a feira, às 15 horas, o Fórum das Seis, em audiência com o Procurador Geral do Estado, Rodrigo César Rebello Pinho, entregou representação contra o desconto indevido da Habitação, promovido pela Secretaria da Fazenda do Estado, ao arrepio da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que garante às universidades estaduais pelo menos 9,57% da arrecadação do ICMS (Quota-Parte do Estado). Assim, o desconto do montante orçado para Habitação é irregular, sendo mais um exemplo do artifício perverso utilizado por governos, em todos os níveis administrativos: tirar dinheiro de uma conta pública importante (no caso, a Educação Superior), para financiar outra conta pública também importante, a da Habitação Popular. Só em 2007, este truque da Secretaria da Fazenda retirou do orçamento das universidades estaduais mais de R\$ 72 milhões. Lembramos que em 2005 o Cruesp enviou ofício ao Secretário da Fazenda, solicitando que fossem esclarecidas as bases legais para este desconto; até hoje, não houve resposta! O Procurador Geral do Estado nos recebeu de forma cordial e encaminhou nossa representação para a Promotoria da Cidadania.